Teoria das Representações Sociais: história, processos e abordagens Theory of Social Representations: history, processes and approaches Teoría de las Representaciones Sociales: historia, procesos y enfoques

Recebido: 15/07/2020 | Revisado: 04/08/2020 | Aceito: 07/08/2020 | Publicado: 14/08/2020

Karine Nogueira

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8738-6812

Universidade de Ciências Empresariais e Sociais, Argentina

E-mail: karinen.psico@gmail.com

Marcelo Di Grillo

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6759-0218

Universidade de Ciências Empresariais e Sociais, Argentina

E-mail: m_digrillo@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a Teoria das Representações Sociais (RS) como referencial metodológico e didático para pesquisas que têm o ser humano e suas relações sociais como seu objeto de estudo. Inicialmente faz-se uma reflexão epistemológica, com contribuições de autores que foram fundamentais para o desenvolvimento da teoria. Em seguida, busca-se conceituar a Representação Social, aprofundando sobre os processos e abordagens teorizadas por outros autores a partir de Serge Moscovici. Para a presente pesquisa, fez-se um estudo bibliográfico com materiais publicados por autores clássicos e contemporâneos a respeito da teoria em questão. Uma vez que a Representação Social é uma tradução da realidade, que está em constante transformação, é dinâmica e móvel, tendo como ideia inicial a existência de formas diferentes de se comunicar e se conhecer, o estudo realizado demonstrou que a Teoria das Representações Sociais é uma importante abordagem para os estudos que tratam da compreensão e explicação densa sobre os fenômenos sociais.

Palavras-chave: Representação social; Psicologia social; Comportamento coletivo; Percepções e movimento sociais.

Abstract

This article aims to present the Theory of Social Representations (RS) as a methodological and didactic reference for research that has the human being and his social relations as his

object of study or focus. To this end, we will initially present a brief epistemological framework, with contributions from authors who were instrumental in the development of the theory. Then, it seeks to conceptualize Social Representation, deepening the processes and approaches presented by other authors from Serge Moscovici. For the present research, a bibliographic study was made with materials published by classic and contemporary authors about the theory in question. Since Social Representation is a translation of reality, which is constantly changing, dynamic and mobile, with the initial idea that there are different ways to communicate and get to know each other, the study carried out showed that the Theory of Social Representations is a important approach to studies aimed at a deeper understanding and explanation of social phenomena.

Keywords: Social representation; Social psychology; Collective behavior; Social perceptions and movement.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar la Teoría de las representaciones sociales (RS) como una referencia metodológica y didáctica para la investigación que tiene al ser humano y sus relaciones sociales como su objeto de estudio o enfoque. Con este fin, presentaremos inicialmente un breve marco epistemológico, con contribuciones de autores que fueron fundamentales en el desarrollo de la teoría. Luego, busca conceptualizar la Representación Social, profundizando los procesos y enfoques presentados por otros autores de Serge Moscovici. Para la presente investigación, se realizó un estudio bibliográfico con materiales publicados por autores clásicos y contemporáneos sobre la teoría en cuestión. Dado que la representación social es una traducción de la realidad, que cambia constantemente, es dinámica y móvil, con la idea inicial de que hay diferentes formas de comunicarse y conocerse, el estudio realizado demostró que la teoría de las representaciones sociales es un Enfoque importante de los estudios destinados a una comprensión y explicación más profunda de los fenómenos sociales.

Palabras clave: Representación social; Psicología social; Comportamiento colectivo; Percepciones sociales y movimiento.

1. Introdução

Ao iniciar o estudo nos deparamos com a contribuição de Gustave Le Bon, que em sua obra A alma das Multidões (1895), apresentou a Psicologia das Multidões, afirmando que o

pensamento particular se apaga em situação de grupo, o que é único passa a ser coletivo, as diferenças são removidas e as funções inconscientes ficam expostas. Este pensamento grupal resulta na mudança das civilizações e explica que a mesma tem por característica os sentimentos, ideias, ações e comportamentos dos indivíduos e no que se divergem isolados ou individualmente. Os sentimentos transformados podem ser melhores ou piores do que os dos individuais que compõem a multidão.

De acordo com o autor, a multidão tem um sentido diferente do utilizado usualmente, identifica-se como um grupo de indivíduos que em situações específicas, adquirem características novas, bem diversas das estabelecidas individualmente, a personalidade consciente se dissipa e cria-se uma ideia única que guiará todos os indivíduos que compõem o grupo. A coletividade se transforma em uma "multidão psicológica", passa a ser algo único e submete-se "a lei da unidade mental das multidões" (Gustave Lebon, 1895, p.11).

A alma coletiva se constitui independente das semelhanças ou diferenças dos indivíduos que compõe o grupo/multidão, o simples fato de estarem juntos concede-lhes uma alma coletiva, esta alma faz com que os participantes sintam, pensem e tenham ações diferentes do que teriam individualmente. Alguns sentimentos só despertam e se tornam ações nos indivíduos em multidão.

Já Freud (1921), ao falar sobre a Psicologia das Massas, afirma que o indivíduo não é uma entidade separada, e sim, se torna naturalmente um nexo único, desta forma, mesmo que sozinho há no individuo a presença do outro, sendo indissociável do social e a interação acontece em todos os momentos.

Moscovici (1985), ao falar sobre a psicologia das massas, diz que ao participar de um grupo as pessoas podem estar sofrendo alterações em suas qualidades psíquicas, somando novas a que já possui ou perdendo-as. Tendo comportamentos morais e racionais individualmente e incorretas e irracionais na presença do grupo.

O autor pontua que somos levados a compreender que existe uma diferença entre as formas de pensamentos individuais e a forma de pensamento no grupo, de maneira que são mais simples os processos implicados em lidar cognitivamente com acontecimentos individuais do que com os acontecimentos sociais (Moscovici, 2003).

Outra contribuição importante encontramos em Piaget que em 1959, apresenta os estudos sobre construtivismo, onde afirma que nada está acabado, o conhecimento não surge como algo terminado, ele se constitui pelo envolvimento do indivíduo com o meio em que se encontra e se produz pela força de sua ação. O indivíduo age sobre o objeto e este se transforma, tornando-se a ação acomodadora.

O sujeito age sobre o objeto, assimilando-o: essa ação assimiladora transforma o objeto. O objeto, ao ser assimilado, resiste aos instrumentos de assimilação de que o sujeito dispõe no momento. Por isso, o sujeito reage refazendo esses instrumentos ou construindo novos instrumentos, mais poderosos, com os quais se torna capaz de assimilar, isto é, de transformar objetos cada vez mais complexos (Becker, 2009, como citado em Piaget, 1959, p. 2)

O autor pontua que a ação acomodadora se constitui pela transformação dos instrumentos de assimilação. Desta forma, o indivíduo constrói seu conhecimento por meio da interação com o meio, tanto físico quanto social, ele não nasce com o conhecimento e ele não é dado simplesmente.

Para tanto, o autor apresenta duas operações, a primeira é a assimilação, sendo o processo cognitivo de incluir novos eventos como partes de outros já existentes, incorporando elementos do meio externo e ampliando as estruturas que já possui. O segundo, a acomodação, se constitui pela modificação de um esquema ou estrutura do objeto assimilado, esta pode acontecer pela criação de um novo esquema que se encaixa a um estímulo novo ou por meio da modificação de um esquema já existente, de modo que se inclua o estímulo a ele. Desta forma, a acomodação se determina pela atividade do sujeito para tentar assimilá-la e não pelo objeto. A correlação entre assimilação e acomodação constitui a adaptação.

Os estudos apresentados até aqui foram essenciais para compreendermos melhor o olhar dos pesquisadores sobre o pensamento social e as formas que os indivíduos podem se comportar em grupo. Entre os estudos, encontramos em Moscovici a teoria que norteará a construção de nosso trabalho e sobre a qual discorreremos a seguir.

Os primeiros estudos de Moscovici sobre Teoria das Representações Sociais datam de 1961, com a publicação entutilada La Psicanalyse: son image et son public, houve um impacto inicial sobre os intelectuais da época, devido a novidade da proposta apresentada. Apenas em 1976 emergiu o interesse pela teoria, após uma reformulação os pesquisadores se interessaram no aprofundamento do campo teórico.

Esta reedição apresentou uma evolução nas ideias do autor, mais congruentes nas linhas fundamentais, surge como uma forma de enriquecer e consolidar as linhas de estudo já fundamentadas. Almeida (2011), afirma que a Teoria das Representações Sociais veio a contribuir com a necessidade de romper a ausência de demarcação histórica encontradas nos estudos de Psicologia Social da época, os pesquisadores encontraram por meio dela a desnaturalização dos objetos sociais, por conta da dimensão apresentada da construção humana, histórica e cultural, pois de acordo com Lalhou (2011, p.6), as Representações

sociais se constituem em um "[...] meio pelo qual os seres humanos representam objetos de seu mundo".

Alguns dos aspectos que fizeram com que as Representações Sociais ganhassem relevância foram: a abordagem dos fenômenos psicossociais em seu contexto social e histórico; o embasamento teórico metodológico que abrange a complexidade dos fenômenos estudados, o sujeito como ator social responsável pela construção da sua realidade a partir do contexto sociocultural que se insere e o dinamismo da proposta criada por Moscovici que possibilita uma análise circunstanciada dos processos psicossociais.

O interesse de Moscovici no estudo não era validar os conhecimentos da teoria psicanalítica, era sim compreender como o conhecimento científico era difundido por meio dos processos de comunicação e passa a ser um conhecimento produzido pelo senso comum, compartilhado com um grupo específico de sujeitos (Jesuíno, 2011).

O estudo partiu da análise de questionários, entrevistas e artigos de jornais realizada na França sobre as Representações Sociais que circulavam naquela sociedade na década de 1950. Pelo estudo, ele pode constatar que não havia apenas uma psicanálise e sim, várias representações dela, que se mostravam de formas diferentes da maneira como a psicanálise se vê e define (Doise, 2002; Moscovici, 2009).

De acordo com Cruz (2006, p. 115), a partir do estudo pode-se perceber que "nas Representações Sociais acontece um movimento próprio em que o sujeito processa, novamente, as informações que lhe chegam metabolizando o que recebe e devolvendo ao social, em um processo dinâmico e continuado". Desta forma, as pessoas não recebem conhecimento de forma passiva, estas incluem novos conteúdos, adaptando sua compreensão para sua realidade social de forma que possam se relacionar com as novas informações e interagir socialmente.

Neste sentido, Moscovici (2009), afirma que uma nova representação se dá a partir do conflito de ideias do grupo, que passa a se apropriar de um novo saber, uma teoria leiga, sobre objetos sociais. Este fenômeno está ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade, para explicar estas questões Moscovici sugere que as Representações Sociais são a forma de construção coletiva, mostrando que a forma de criação coletiva pode ser diferente de acordo com as condições de vida social. Desta forma, encontramos aqui a abordagem que nos possibilitará o alcance dos objetivos propostos para esta proposição.

2. A Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais tem como ideia inicial que existem formas diferentes de se comunicar e se conhecer, sendo dividas por Moscovici entre: consensual e científica, cada uma com suas especificidades. A Representação social se apresenta como uma possibilidade de trabalhar com o pensamento construído socialmente em sua dinâmica e diversidade levando em conta as diferentes formas, não aplicando ordem de poder, apenas apresentando que existem propósitos diversos (Arruda, 2002).

A forma consensual se dá pela conversação informal entre os pares, na vida cotidiana e o universo científico, se dá pelo fato de transformar o que era abstrato em real, com seus cânones de linguagem e hierarquias internas, as duas formas de conhecimento são importantes, porém a Representação Social se constrói mais frequentemente sobre a esfera consensual.

A Teoria da Representação Social é um modelo teórico que tem como finalidade compreender e explicar a construção dos conhecimentos estabelecidos pelo grupo, a teoria leiga, que se dá a partir do senso comum. É necessário ter clareza de que nem todo o conhecimento de senso comum são Representações Sociais, para isso o objeto deve se apresentar como relevância cultural ao grupo, sendo polissêmico e polimorfo, conferindo diferentes sentidos nos diversos contextos socioculturais em que está inserido e se constrói (Jesuíno, 2011).

Para compreendermos as Representações Sociais, precisamos diferenciá-la das Representações Coletivas. A última, proposta por Durkheim (1970), se entende como formas de consciência que a sociedade impõe sobre os indivíduos. E já a Representação Social, entende que a consciência é gerada pelos indivíduos sociais, para tanto se faz necessário diferenciar o coletivo do social, o coletivo diz respeito ao que se compartilha com vários indivíduos, enquanto que o social diz sobre o caráter significativo e funcional que dispõe os elementos (Alexandre, 2004).

De acordo com Oliveira (2012, p.71):

Socialmente, as representações coletivas sintetizam o que os homens pensam sobre si mesmos e sobre a realidade que os cerca. É, portanto, inicialmente, uma forma de conhecimento socialmente produzida. Resultado de esforço coletivo, elas emancipamse das representações individuais, pautam novas ações e demonstram a existência da sociedade.

Desta forma, as representações coletivas não devem ser reduzidas apenas aos indivíduos, elas são fruto das interações que as pessoas estabelecem, adquirindo realidade e autonomia. As representações coletivas são ao mesmo tempo forma de conhecimento e guia para as ações sociais.

As representações de Durkheim apresentam um relativo estancamento e estabilidade no tocante as representações individuais, consiste em muitas obrigações de crenças, mitos, imagens, entre outros, apresenta o sujeito como fenômenos sociais exteriores independentes dos indivíduos e interiores a eles. Moscovici reviu estas questões na medida em que este estabelece que não apenas o indivíduo pensa e constrói a sua realidade, para o autor a sociedade compõe este conjunto na medida em que as produções são construídas de maneira coletiva (Amblard, 2012).

Moscovici ao compreender que as representações sociais podem mudar de acordo com as circunstâncias da sociedade, sentiu a necessidade de dar ênfase a qualidade dinâmica das representações e se opôs com isso ao caráter estático apresentado na teoria de Durkhein, que se firma em questões individuais. Ainda relacionado as divergências presentes na teoria de Durkhein e Moscovici, Alexandre (2004) agrega a questão das ideias sociais como outro ponto relevante.

Alexandre (2004), afirma ainda, que uma outra diferença que precisa ser levada em consideração é que na representação defendida por Durkheim se considera a reprodução das ideias sociais, enquanto que nas representações sociais de Moscovici, se considera a produção e a elaboração do caráter social, sem que para isso seja imposto as consciências individuais.

Moscovici (2003), aponta que, no momento em que antecipa as condutas humanas e permite compreender a formação do pensamento social, a representação social passa a ser instrumento da psicologia social como processo dinâmico. De acordo com Valsiner (2003) a representação social designa ao mesmo tempo um produto e um processo. Enquanto processo, de acordo com Jodelet (2001) "é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (p.22).

Segundo a teoria das representações sociais, uma representação não é uma cópia fiel de um objeto da realidade objetiva, ela é uma construção coletiva onde o grupo cria um objeto a partir das representações vividas, substitui o objeto recriando-o (Moscovici, 1976).

Moscovici (1978, p.26) afirma que "a Representação Social é uma modalidade de conhecimento particular que tem a função de elaborar comportamentos e a comunicação entre eles". Identifica como sendo a forma pela qual os indivíduos se apropriam das interações

sociais em um tempo e espaço estabelecidos tornando conhecido o que até então era desconhecido.

As representações sociais buscam mostrar que o sujeito suga categorias de pensamento da sociedade, mostra que o senso comum não é uma versão primitiva ou falha do conhecimento científico, ao contrário, elas possuem regras que agem de formas distintas (Moscovici, 1981).

A Representação Social de acordo com Moscovici (1984), é uma preparação para a ação, por conduzir o comportamento e transformar os elementos do meio social em que se vive, entende o indivíduo como um ser que pensa, cria situações, busca respostas e compartilha a realidade vivenciada.

3. Processos da Representação Social

Moscovici (1982), propõe três dimensões da Representação Social, que dizem respeito a formação do conteúdo e levam a conhecer o contexto social no qual o sujeito está inserido, são elas:

- a) **Atitude -** apresenta uma resposta complexa e latente, que pode ser encoberta, se mantém pela vivência do indivíduo ou do grupo.
- **b) Informação** é a ligação da quantidade e qualidade do conhecimento que o indivíduo possui a respeito do objeto social. E pode ser distinguido de acordo os níveis de conhecimento sobre o objeto.
- c) Campo de representação é onde os conteúdos da atitude e da informação são estruturados. Suas propriedades qualitativas e imageantes se organizam em uma série hierarquizada de elementos.

A análise dessas dimensões permite, segundo Moscovici (1976), descrever as linhas sociais de separação dos grupos, que seriam os fatores que definem as desigualdades sociais, comparando o conteúdo das representações.

De acordo com Moscovici (1978), dois processos são fundamentais na elaboração das representações sociais:

1- Objetivação – se caracteriza pelo processo onde o que antes era abstrato se torna concreto, tem como função duplicar um sentido por uma figura, deixar natural, dar corpo aos

pensamentos, transforma em objeto o que é representado (Sá, 1995; Nóbrega, 1990).

Moscovici (1978), denomina este processo como face figurativa, traz aquilo que até o momento não existia para o universo conhecido. Jodelet (1990), ao falar sobre a objetivação, afirma que é uma operação que dá corpo aos esquemas conceituais, reabsorvendo o excesso de significações, procedimento necessário ao fluxo das comunicações. Apresenta três fases distintas na objetivação, sendo elas:

Seleção e contextualização: quando o sujeito passa a se apropriar do objeto, de suas informações e saberes, onde alguns elementos são retidos e outros ignorados. Esta triagem acontece em função de condicionantes culturais e critérios normativos, das experiências já vivenciadas pelo grupo.

Formação de um núcleo figurativo ou esquematização estruturante: onde se constitui a estrutura conceitual, proporcionando uma imagem coerente e concreta do objeto representado, possibilitando apreender individualmente e nas relações. O resultado desta fase denomina-se núcleo ou esquema figurativo, representado na psicanálise pelo consciente e inconsciente, o sujeito se utilizará dos conhecimentos que já possui para compreender o novo.

Naturalização dos elementos do núcleo figurativo: o novo se torna parte do cotidiano, o conceito se cristaliza e passa a fazer parte da realidade dos grupos.

Tap (1986), afirma ainda, que existem dois movimentos na objetivação que implicam a seleção de informações e a descontextualização dos elementos retidos. O primeiro é a naturalização do objeto, a construção de um modelo figurativo, a transformação do conceito em categorias de linguagem e entendimento. O outro é a categorização, a partir do qual, a representação social se torna um instrumento de ordenamento e de classificação do real.

2- Ancoragem – tem como característica inserir determinado objeto em uma hierarquia de valores, criando significados para o mesmo, é por meio da ancoragem que a representação social adquire significado e caráter figurativo (Sá, 1995; Nóbrega, 1990).

De acordo com Moscovici (2003), a ancoragem diz respeito ao processo que torna o objeto parte de uma "imagem comum", as imagens abstraídas na objetivação passam a ter nome e se torna um registro simbólico, se revela como uma verdade para determinado grupo influenciando as pessoas. Tal processo envolve juízo de valor pois transforma o que era desconhecido em uma cadeia de significações de forma que o "antigo e o atual são confrontados".

O autor diz que a ancoragem acontece quando a representação se enraíza no grupo, passa a fazer parte do pensamento preexistente e da transformação que acontecem entre o

grupo e objeto representado, deixa de ser uma construção formal de conhecimento e passa a ser inserido no pensamento constituído.

Jodelet (1990), afirma que a ancoragem é um sistema de interpretação que tem como função mediar o indivíduo e seu meio e os membros do mesmo grupo, afirmando a identidade grupal e o sentimento de pertencimento do sujeito. Se forma um sistema de codificação comum que classifica pessoas e acontecimentos, influenciando outros sujeitos por utilizar a comunicação a partir de uma mesma linguagem. Neste processo, os elementos da representação tanto exprimem relações sociais como contribuem para a construção das mesmas, pois a estrutura imaginante se torna guia da leitura da realidade e referência para sua compreensão.

A autora apresenta o processo de ancoragem relacionado a objetivação, como articulador das funções básicas da representação: a função cognitiva de integração da novidade, a função de interpretação da realidade e a função de orientação das condutas e das relações sociais. Desta forma, este processo permite compreender: a) como a significação é conferida ao objeto representado; b) como a representação é utilizada como sistema de interpretação do mundo social e instrumentaliza a conduta; c) como se dá sua integração em um sistema de recepção e como influenciam e são influenciados pelos elementos que aí se encontram.

Ancoragem e objetivação, segundo Jovchelovtcht (1995), são processos que realizam a concreticidade das representações sociais da vida social por meio de mediações, de forma a trazer ao nível quase material a produção simbólica de determinada comunidade.

4. As abordagens da teoria da Representação Social

Autores como Denise Jodelet, Willem Doise e JeanClaude Abric, mantiveram contato próximo com a teoria da representação social, apresentando contribuições teórico metodológicas importantes.

Os autores citados buscaram complementar o estudo já realizado por Moscovici, auxiliando o desenvolvimento e oportunizando formas distintas de investigar as representações sociais. Dentre as abordagens desenvolvidas, destacam-se: abordagem culturalista, abordagem societal e abordagem estrutural:

1- Abordagem culturalista – criada por Denise Jodelet, se destaca pela articulação entre as dimensões sociais e culturais, que conduzem as construções mentais e

coletivas, apresenta a perspectiva de unir os limites de pensamento que centravam as discussões ora no sujeito ora no social para se compreender as relações e representações sociais que se constroem a partir desta interação.

Almeida (2005), confere a Jodelet o mérido de manter atual a proposta de Moscovici, assim como sua sistematização e divulgação.

De acordo com Jodelet (2006), as representações sociais guiam a forma de definir e criar nomes aos diferentes acontecimentos da vida cotidiana, na maneira como os acontecimentos são interpretados, que se toma as decisões e como o sujeito se posiciona como defesa em tais situações. Destaca a vitalidade, transversalidade e a complexidade com três particularidades da teoria proposta por Moscovici.

Jodelet (2006), apresenta a necessidade de se estudar as representações sociais a partir de quatro questões que dizem respeito ao sujeito: a apreensão dos discursos que sustentam a representação de dado sujeito, a compreensão dos comportamentos e práticas sociais relacionados às representações; análise de documentos e registros que institucionalizam discursos, comportamentos e práticas sociais; e a análise também dos discursos difundidos pela mídia que exercem influência tanto na manutenção de representações sociais quanto na sua transformação.

2- Abordagem societal – fundamentada por Willem Doise, considera que para viver em sociedade os sujeitos são conduzidos por dinâmicas sociais, principalmente as que dizem respeito as dimensões interacionais, posicionais ou de valores e crenças em geral (Doise, 2002), neste sentido, as representações podem ser definidas como princípios organizadores das relações simbólicas entre sujeitos e grupos.

De acordo com Pacheco (2011), a abordagem citada supera a dicotomia problematizada por Doise ao dizer que psicologia social se revela na cisão de explicações psicológicas e sociais, pois seu objeto de estudo se situa na interface do indivíduo e do coletivo, possibilitando admitir explicações tanto em nível psicológico quando social.

Willem Doise (2002), propõe a integração dos modos de funcionamento da sociedade e dos indivíduos, para tanto utiliza de quatro níveis de análise utilizados na Psicologia Social, o primeiro nível de análise remete ao estudo dos processos intraindividuais, que tratam da maneira com a qual os sujeitos organizam suas experiências com o ambiente em que está inserido, o segundo considera os processos interindividuais e situacionais, ou seja, os sistemas interacionais; o terceiro faz referências às distintas posições dos sujeitos em suas interações (grupos de status diferentes); e o quarto nível, alude aos sistemas de crenças, representações,

avaliações e normas sociais.

Bertoni e Galinkin (2017), afirmam que tal abordagem parte do pressuposto que a partir das representações partilhadas por seu grupo de pertença os sujeitos em interação, se pocisionam de forma distinta, o desenvolvimento das ideologias em cada sociedade, suas crenças, valores e normas, mesmo que de forma diferenciada é o que valida a ordem social estabelecida.

3- A abordagem estrutural – para entender a estrutura da representação social, Abric em 1976 propôs a Teoria do Núcleo Central como uma hipótese explicativa da organização interna das representações sociais, com o objetivo de analisar os conteúdos sócio cognitivos que se organizam e se estruturam em torno do sistema central (ou núcleo central) e periférico. Tal teoria, entretanto, veio a ser consolidada apenas dez anos depois (Abric, 2003). Para o autor as representações são uma organização significante e não apenas reflexo da realidade, desta forma a representação é um sistema de interpretação do que é vivido que rege as relações e irá determinar os comportamentos e as práticas dos sujeitos.

De acordo com o autor, existe um núcleo central para todas as representações sociais, pois estas se formam a partir do pensamento social, desta forma, apresenta crenças historicamente determinadas e fundamentais a cultura e modos de vida dos sujeitos. O núcleo central se forma por um número ilimitado de elementos, que apresentam três funções essenciais e dinâmicas: a função geradora, que dá significado a representação; a função organizadora, alusiva a organização interna das representações, explica porque determinados elementos assumem mais importância que outros, permanecendo na periferia; e a função estabilizadora, que garante ao grupo o sentimento de pertença, se refere ao momento de fixação das representações sociais. Estas funções tornam o núcleo central resistente a mudanças, pois asseguram sua significação, consistência e permanência, qualquer modificação no núcleo acarreta uma transformação completa na representação.

O que define uma representação, mais do que a apreensão no núcleo central, é a forma como esta se organiza, pois duas representações podem ter o mesmo núcleo central e serem distintas, o que as diferencia é a organização de seu conteúdo.

As características mais maleáveis do núcleo, adaptativas da representação se denominam como sistema periférico e se relacionam diretamente com o núcleo central, apresentam as funções de: concretização, demonstra como a representação está ancorada na realidade; função de regulação, que permite a adaptação da representação diante de um elemento novo; função de prescrição do comportamento, responsável por orientar as ações do

sujeito; função de proteção do núcleo central, que considera elementos novos e contraditórios com o núcleo, sem questionar a validação da representação já estabelecida e a função de modulação da personalidade, responsável por diferenciar o conteúdo da representação de acordo com as características individuais dos sujeitos nos grupos (Abric, 1998).

Abric (1998) defende a estrutura que aponta que núcleo central e elementos periféricos funcionam com papéis específicos e complementares, estes são direcionados por um sistema duplo, onde um sistema central é essencialmente determinado pelo social e define a homogeneidade do grupo e o sistema periférico, onde a determinação é mais individual e contextualizada, sendo o sistema periférico mais flexível que o núcleo central, permitindo uma heterogeneidade de comportamentos e conteúdo

É a existência deste duplo sistema que permite compreender uma das características básicas das representações, que pode parecer contraditória: elas são, simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis. Estáveis e rígidas posto que determinadas por um núcleo central profundamente ancorado no sistema de valores partilhado pelos membros do grupo; móveis e flexíveis, posto que alimentando-se das experiências individuais, elas integram os dados do vivido e da situação específica, integram a evolução das relações e das práticas sociais nas quais se inserem os indivíduos ou os grupos (Abric, 1998, p. 34).

Ao utilizar os estudos de Flament, Abric (1998) aborda a noção de "reversibilidade da situação", afirmando que, nas situações percebidas como reversíveis as novas práticas contraditórias provocam modificações na representação, incluindo novos elementos e transformando os elementos periféricos, o núcleo central permanece estável e insensível as mudanças, porém, como se reorganizam os sistemas periféricos a transformação da representação é real, porém se mantem superficial.

Nas situaçãos dadas como irreversíveis, as práticas contraditórias terão consequências mais importantes na transformação da representação. Neste sentido Bertoni e Galinkin (2017, p. 113) apresentam três possíveis tipos de transformação:

- 1) Transformação "resistente": os elementos "estranhos" aparecem somente nos elementos periféricos e, por um certo tempo, são gerenciados pelos mecanismos clássicos de defesa. A multiplicação destes elementos acaba por induzir a transformação do núcleo central e, consequentemente, da representação em seu conjunto;
- 2) Transformação progressiva da representação: quando a transformação se efetiva sem ruptura e as novas práticas, progressivamente, se integram aos esquemas do

núcleo central e se fundem em um novo núcleo e uma nova representação;

3) Transformação brutal: quando as práticas atacam diretamente o significado central da representação e não permitem o uso dos mecanismos defensivos do sistema periférico.

5. Conclusão

A representação social é uma tradução da realidade, e se faz constrói por meio de mudanças constantes, olhares diversos e compreensões distintas. Sua construção se diferencia de acordo com a faixa etária, espaço e condição social dos envolvidos. Desta forma, a representação social representa o olhar de uma população específica sobre o objeto pesquisado, não cabendo uma mesma representação para grupos com situações sociais e econômicas distintas.

Detectou-se a partir dos estudos da abordagem das representações sociais que é possível auxiliar aos pesquisadores na análise dos comportamentos, hábitos e ideais de uma determinada população, como por exemplo, os processos de construção dos conceitos sobre ser chefe de família, mobilidade social, empoderamento, acessos a bens e serviços e tantos outros que permitem entender a articulação que os grupos sociais fazem entre o conhecimento científico, o saber empírico e as formas de interpretar as situações vividas.

A partir desse estudo, pode-se constatar que a Teoria das Representações Sociais é uma rica abordagem metodológica e didática, por tornar visível o que até o momento era desconhecido e propiciar formas de conhecer de fato, a compreensão de determinada população sobre o objeto de estudo pretendido.

Referências

Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In: Moreira, A. S. P., Oliveira, D. C. (Org.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB.

Abric, J. C. (2003). A abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: Campos, P. H. F., & Loureiro, M. C. S. (Orgs.). Representações sociais e práticas educativas. Goiânia: UCG.

Alexandre, M. (2004). Representação social: uma genealogia do conceito. Rio de Janeiro.

Almeida, A. M. O., Santos Souza, M. F. (2011). *A Teoria das Representações Sociais*. In: Torres, C. V., Neiva, E. R. (Org.). *Psicologia Social: principais temas e vertentes*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Amblard, I. (2012). A gente anda com o bom e o mau ao lado...": representações sociais da vitória/derrota segundo atletas do esporte de alto rendimento. [Dissertação de mestrado Universidade Federal de Pernambuco, Recife]. Scielo.

Arruda, A. (2014). Representações sociais: dinâmicas e redes. In: Sousa, C. P., Arruda A. (Orgs.). Representações Sociais: estudos selecionados. Curitiba: Champagnat.

Becker, G. A. (1981). Treatise on the Family. Cambridge: Harvard University Press.

Bertoni, L. M., & Galinkin, A. L. (2017). *Teoria e métodos em representações sociais*. Scielo. http://books.scielo.org/id/yjxdq/pdf/mororo-9788574554938-05.pdf

Cruz, A. C. D. (2006). Representações sociais de universitários do Rio de Janeiro sobre o Brasil. [Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Scielo.

Doise, W. (2002). Direitos do homem e força das ideias. Lisboa: Horizonte.

Durkheim, E. (1970). Sociologia e filosofia. São Paulo: Ed. Forense.

Freud, S. (1972). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Freud, S. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago (Publicado originalmente em 1905)

Freud, S. (1895). Projeto de uma psicologia científica. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

Freud, S. (1976). *Psicologia de grupo e a análise do ego*. Freud, S. Obras completas vol. XVII) Rio de Janeiro: Imago (Publicado originalmente em 1921).

Gustave, L. B. (2008). *Psicologia das Multidões*. Cunha, MS. (Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Publicado originalmente em 1895).

Jesuíno, J. C. (2000). A psicologia social europeia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Jodelet, D.(1985). *La representación social: Fenómenos, concepto y teoría*. Barcelona: Paídos.

Jovchelovitch, S. (1995). Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: Guareschi, P., Jovchelovitch (orgs.). Textos em Representações Sociais. Petrópolis: Vozes.

Moscovici, S. (1976) *La Psicanalyse, son image et son public*. Paris: Presse Universitaire de France.

Moscovici, S. (1984) *The phenomenon of social representations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Oliveira, M., & Weiss, R. (2011). *David Emile Durkheim: a atualidade de um clássico*. Curitiba: Ed da UFPR.

Pacheco, J. G., Almeida, A. M. O., & Rodrigues, M. M. P. (2007). *Representações sociais em movimento: A história de uma experiência*. In: Rodrigues, M. P., & Menandro, P. R. M. (Orgs). *Lógicas mertodológicas: trajetos de pesquisa em psicologia*. Vitória GM.

Piaget, J. (1959). Aprendizagem e conhecimento. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1975.

Sá, C. P. (1995). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. São Paulo: Brasiliense.

Valsiner, J. (2003). *Beyond social representations: a theory of enablement*. Papers on Social Representations, 12(7), 1-16.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Karine Nogueira – 50% Marcelo Di Grillo – 50%